

## De mal a pior

Categories : [Reportagens](#)

Para as madeireiras certificadas que operam no Pará, [os problemas aumentaram muito na última semana](#). Duas delas, a Cikel e a Orsa, continuam com duas de suas áreas de operação invadidas. Outras três permanecem sob ameaça de invasão. A novidade ficou por conta da ocupação de outras três áreas de madeireiros não certificados, mas com planos de manejo – pelo menos em teoria de menor impacto ambiental – já aprovado. Uma quarta, em Pacajá, esta de madeira certificada, também foi invadida. Todas ficam no Sudeste do Pará.

O governo federal está preocupado. Várias reuniões estão programadas no Ministério do Meio Ambiente nos próximos dias para discutir a questão. "A coisa está muito tensa", diz um funcionário do governo. O pessoal diretamente envolvido nas operações das madeireiras certificadas nas áreas invadidas está ameaçado de morte. Há duas dificuldades para vir em socorro das operações legais de corte de árvores. A primeira, é achar uma justificativa legal para federalizar a atuação contra os invasores. Por enquanto, ela está dentro da jurisdição do governo estadual. A segunda, a eterna falta de uma "tropa de choque" para reprimir abusos contra a ordem na Amazônia. "Vai acabar sobrando para a Polícia Federal", diz o mesmo servidor. "Melhor do que nada".

Segundo Justiniano Neto, diretor da Associação das Indústrias Madeireiras de Exportação do Pará (AIMEX), todas as áreas recentemente invadidas estavam com suas atividades paralisadas por não terem ainda obtido autorização do escritório regional do Ibama para operarem este ano.

"Floresta onde não há gente trabalhando e já tem infraestrutura para extração de madeira, como estradas, pronta, está virando uma tentação", diz Neto. "Não há perdão. A percepção aqui é que se o terreno não tem ninguém é porque tem problema de titulação e portanto pode virar posse de quem chegar primeiro. Nêgo invade mesmo". Neto acredita que a recente onda de invasões em áreas de manejo tem menos a ver com articulações políticas do que com ganância e oportunidade. "A madeira ainda tem liquidez num estado onde o preço do gado é o mesmo há 8 anos e a agricultura difícil", afirma. Ele conta que além das invasões, tem recebido informações de que várias áreas de manejo estão sendo alvo de ladrões, que entram nelas para cortar árvores que foram deixadas de pé.

Neto acredita que a situação melhore um pouco a partir da próxima semana, quando a superintendência do Ibama no Pará, depois de várias semanas de greve, volta ao trabalho. Com isso, devem começar a ser liberados os Planos de Operação Anual (POAs), os documentos que autorizam as atividades em regime de manejo florestal. Roberto Waack, diretor da Orsa, que teve sua área certificada no Pará, onde ficava o antigo Projeto Jari, invadida no início de junho, continua pessimista. "Não houve mudança. Os invasores continuam realizando cortes e degradando a área", diz. "Aliás, há uma mudança sim. O envolvimento do aparelho estatal com os invasores vai ficando cada vez mais aparente".

Ele conta que seus funcionários viram veículos com a marca do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) transportando invasores. “Há gente do órgão orientando eles também a fazerem plantações de coco e copaíba, por exemplo, porque isso pode lhes ajudar a garantir a posse no futuro”, diz Waack, que está tentando agendar encontro com a cúpula do Ministério do Meio Ambiente para sensibilizá-la em relação ao problema. Adriana Nozela, do grupo Martins, cuja fazenda onde a Cikel mantinha uma operação de extração de madeira certificada também foi invadida, conta que o número de invasores aumentou na última semana. Acredita que eles agora somem cerca de 1 mil e 500.

“Estão cortando árvores, mas sobretudo caçando muito”, diz. “Jabutis eles estão pegando como nós pegamos jabuticaba. Estão matando veados também”. Não contentes, começaram a abater o gado, que ocupa apenas 5% de uma área de 164 mil hectares onde o resto do terreno é coberto por mato. No caso da Martins, há uma esperança de que tudo acabe dentro de duas semanas.

“Esse foi o prazo que o governo deu para mandar para lá a tropa da PM encarregada de executar a ordem judicial de reintegração de posse”, conta um dirigente da indústria madeireira que acompanha de perto toda a confusão. Nozela torce para que seja verdade.